



RELATÓRIO de ATIVIDADES 2019

2019 foi o último ano do mandato dos anteriores Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2016/2019.

Não foi um mandato fácil e este último ano tornou-se ainda mais difícil e complexo, pelo facto de haver dois processos eleitorais que tal como se esperava iriam condicionar a vida da instituição.

A mudança do governo trouxe consigo a mudança de alguns responsáveis políticos, com políticas sociais novas e daí diferentes, mas que em nada se traduziram para o interesse do sector solidário nem das instituições que o constituem.

Simultaneamente um processo eleitoral para a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, que se traduziu desde cedo num fator de perturbação para a vida da instituição.

E foi neste enquadramento que o ano de 2019 decorreu, situação que em vez de nos fazer esmorecer nos fez ter ainda uma atitude mais desafiante e de maior afirmação dos valores e dos interesses da nossa Santa Casa.

Cumprimos ao longo do ano com a nossa missão de criar bem-estar, qualidade de vida e sobretudo dignidade humana às centenas de utentes que diariamente servimos.

Assentámos a nossa ação na preocupação de manter o reconhecimento, o respeito e a confiança que a nossa instituição merece junto da comunidade e das instituições parceiras.

Não foi fácil, foram muitas as inspeções e fiscalizações que denúncias de gente pouco amiga da Santa Casa e manifestamente sustentadas em interesses pessoais originaram.

Foi nossa preocupação a sustentabilidade financeira da instituição, não aumentando o quadro de pessoal a não ser pela criação de novos serviços ou obrigação legal.

Reforçámos os procedimentos com vista à cobrança das dívidas dos utentes ou famílias, algumas com valor significativo.

Confrontámo-nos com uma diminuição da comparticipação média familiar em alguns sectores.

Reorganizámos serviços sobretudo na área da infância, tendo em conta a diminuição do número de utentes consequência da quebra da natalidade e da criação de outras respostas concorrenciais.

Demos relevo à capacitação das nossas respostas, aumentando as ações de formação quer externa quer em contexto de trabalho, com vista a uma maior qualificação das competências dos nossos colaboradores.

Adaptámos a frota automóvel por forma a conferir maior eficácia na sua utilização.

Reavaliámos vários contratos com fornecedores de bens e serviços com vista à redução de custos, entre eles o fornecimento de gás e eletricidade.

Tendo em vista a melhoria da eficiência energética alterámos os sistemas de iluminação para lâmpadas LED, instalámos controladores de energia em diversos espaços, substituíram-se bombas nas centrais térmicas, fez-se um maior aproveitamento da energia produzida através dos painéis térmicos instalados.

Concluimos todo o processo de gestão de compras e controle de armazém.



Instalámos novo serviço informatizado para controlo da assiduidade e pontualidade dos colaboradores.

Garantimos maior humanização à vida dos nossos utentes, criando planos para melhor aproveitamento dos tempos livres, mais convívio intergeracional, mais oportunidades de contacto com eventos externos à instituição.

Procedemos a várias intervenções da área da conservação e qualificação do património, com diversas obras de melhorias nos três lares, na escola do ensino básico e no CEE.

Promovemos candidaturas junto de outros parceiros aproveitando todas as oportunidades que eram abertas, destacando pela sua importância uma candidatura através da Câmara Municipal de Bragança que nos vai permitir substituir todo o equipamento da cozinha e casas de banho dos quartos dos lares.

Ajudámos os cuidadores informais a ter mais competências para a sua missão de apoio à família dependente.

Celebrámos diversos protocolos de parceria com outras entidades tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Instalámos um Centro de Recursos para preservação do nosso património cultural.

Procedemos à reorganização de diversos procedimentos administrativos e logísticos, com vista a conferir mais e melhores condições para o relacionamento dos utentes com os seus familiares e amigos.

Bragança, 12 de Março 2020

A Mesa Administrativa

ADENDA AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Atendendo às boas práticas contabilísticas, e indo ao encontro da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF24), o presente relatório de atividades referente ao ano 2019 é revisto face ao acontecimento relevante que ainda decorre (Pandemia COVID-19) cujo impacto não se reflete no exercício de 2019 mas irá refletir-se no exercício corrente.

Este acontecimento, imprevisível, à data em que o Relatório de Atividades e Contas do ano 2019 foi elaborado e previamente aprovado pela Mesa Administrativa, é considerado, nos termos da Norma Contabilística referida anteriormente e de acordo com as boas práticas contabilísticas, relevante, na medida em que o mesmo afeta de forma significativa o exercício corrente, nas dimensões de receitas e custos inerentes ao desempenho desta Instituição.

O surto de Covid-19, decretada como pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública, pela Organização Mundial de Saúde em 11 de Março de 2020, resultou na declaração de estado de emergência no território português no dia 18 de Março, medida adotada, anteriormente e posteriormente, em todos os países da Europa, Ásia, África e Américas.

O Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março declarou o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, implicando a adoção de medidas de contingência a fim de evitar a propagação do vírus numa altura em que esta situação estava a evoluir muito rapidamente em todo o mundo em geral, e, em particular, na União Europeia. Neste sentido foram adotadas medidas de forte restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, procurando assim prevenir a transmissão do vírus e conter a expansão da doença.

A aplicação das medidas previstas no Decreto do Presidente da República nº14-A/2020 de 14 de Março implicou nesta Instituição:

1. Proibição de saídas e entradas de utentes e familiares às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Lar Residencial do Centro de Educação Especial e Unidade de Cuidados Continuados;
2. Encerramento imediato da Escola do 1º ciclo do ensino básico Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, dos Centros Infantis, Creche Familiar, Centro de Atividades Ocupacionais do Centro de Educação Especial e Centro de Dia.
3. Aquisição de produtos de desinfeção pessoal e higienização de espaços;
4. Aquisição de equipamento de proteção individual para colaboradores e utentes;
5. Proibição de admissão de novos utentes;
6. Alteração da data da realização da reunião de Assembleia Geral da Irmandade desta Instituição marcada para 27 de março, para Junho do corrente ano;

Da aplicação destas medidas resultou:

1. Diminuição de receitas, em virtude da ausência da frequência das respostas sociais creche, pré-escolar, centro de atividades de tempos livres, centro de dia, centro de atividades ocupacionais e da Escola do 1º ciclo do ensino básico;
2. Diminuição de receitas em virtude da diminuição da frequência da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, em cerca de 27% devido a pedidos de suspensão da prestação dos serviços por causa da pandemia;

3. Diminuição de receitas dos utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas, Unidade de Cuidados continuados e Centro de Educação Especial, devido à proibição de circulação em via pública, excepto para casos urgentes e de carácter essencial conforme o exposto do Decreto que declarou o Estado de Emergência, impossibilitando a deslocação à Instituição para realização de pagamentos de mensalidades;
4. Aumento de custos resultante da aquisição de material desinfetante (pessoal e de espaços) material necessário à prática dos procedimentos estipulados pela Direção Geral de Saúde para contenção do surto COVID-19 e evitar contágio pelo vírus;
5. Aumento dos custos resultante da aquisição de material de proteção individual para colaboradores e utentes (máscaras faciais, viseiras, cobre botas, toucas, cobre botas, luvas, fatos, óculos, aventais); Além de não ser material que a Instituição tenha regularmente em stock, os preços de aquisição destes produtos bem como dos produtos indicados no ponto anterior foram muito superiores ao "normal" devido à elevada procura e escassez no mercado;
6. Aumento dos custos com pessoal, derivado do facto de ser necessário manter em pleno funcionamento, com as devidas medidas de confinamento e isolamento dos utentes, as respostas sociais Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Unidade de Cuidados Continuados e Lar Residencial do Centro de Educação Especial. Foi necessário reforçar as equipas e alterar horários de trabalho.

A par com a declaração do Estado de Emergência, e para fazer face ao impacto das medidas inerentes a esta situação, o Governo tornou publico um conjunto de medidas de carácter excecional a fim de que o impacto desta situação fosse o menos negativo possível nas famílias e nas organizações (com e sem fins lucrativos), nomeadamente, possibilidade de recurso a lay-off simplificado, medida de apoio à família para acompanhamento de filhos menores de 12 anos cujos estabelecimentos de ensino encerraram, possibilidade de recurso a moratória no pagamento de empréstimos bancários e no pagamento de rendas habitacionais e não habitacionais, pagamento diferido das contribuições devidas à Segurança Social e recurso à medida de apoio reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde (MARESS).

De todas as medidas enunciadas pelo Governo a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, aderiu:

- Medida de apoio reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde – com a admissão de 8 pessoas pelo período de 1 mês, para reforço das equipas nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Unidade de Cuidados Continuados e Centro de Educação Especial, sendo obrigação da Instituição o pagamento do subsídio de alimentação, seguro de acidentes de trabalho e bolsa. A contrapartida do IEFP é o reembolso à Instituição de 90% do valor da bolsa de cada beneficiário;
- Moratória de créditos bancários – foi concedida pela Caixa de Crédito Agrícola a moratória sobre os créditos existentes nesta entidade bancária, no que se refere à amortização de capital, devendo mensalmente ser pago o montante referente aos juros;
- Pagamento de 1/3 das contribuições para a Segurança Social, devidas de março, abril e maio e deferimento do restante pagamento para o 2º semestre para alívio da Tesouraria.

Neste período foi solicitada a moratória do pagamento da renda do espaço comercial sito na Rua Almirante Reis, que foi aprovada por ter fundamento legal.

[Handwritten signature and initials]

A Instituição não recorreu á medida de *lay-off* por não ter fundamento legal para adoção de tal medida.

Cerca de 15% dos colaboradores estiveram e ainda estão ausentes da Instituição e do desempenho das suas funções, no âmbito da medida excecional de apoio à família (filhos menores de 12 anos).

Por se entender que estas situação é um acontecimento relevante e com impacto significativo no exercício de 2020 e no desempenho das atividades desta Instituição, apesar de não ter qualquer impacto nas contas do exercício findo (2019), se faz menção destes acontecimentos no presente relatório de atividades do exercício 2019.

Outro aspeto relevante para o relatório do exercício de 2019 relaciona-se com a situação dos fundos patrimoniais. Neste sentido, e a fim de reverter a sua situação, a Instituição encontra-se a desenvolver os seguintes esforços e implementação das seguintes medidas:

- Ao nível dos Recursos Humanos:
 - Não proceder a mais contratações, a não ser em caso imprescindível ou por imposição da tutela, e sempre que possível com recurso aos colaboradores internos;
 - Não substituição dos colaboradores que se aposentarão no ano 2020 e seguintes, exceto em casos devidamente fundamentados e de vital importância para o normal funcionamento da Instituição, e sempre que possível com recurso a colaboradores internos;
 - Reestruturação das equipas de trabalho dos vários sectores, privilegiando a mobilidade interna, mesmo nas situações atrás referidas;
- Fornecedores:
 - Renegociação de contratos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente, géneros alimentares, eletricidade e combustíveis (gás natural);
- Acordos de cooperação:
 - Solicitar a revisão dos acordos de cooperação, em particular da área da infância. Esta revisão tem por objetivo aumentar o número de crianças abrangidas pelos acordos de cooperação nas respostas sociais creche em detrimento das respostas sociais pré-escolar, devido à elevada procura da resposta social creche, cuja frequência tem aumentado para quase o dobro do numero de crianças em acordo. Esta revisão permitirá o aumento do valor das participações da segurança social, pois o valor por criança em acordo de cooperação para resposta creche é 273,87€, e o valor por criança em resposta pré-escolar é de 175,23 € (sendo 63,31€ de apoio social e 111,92 € de apoio do Ministério da Educação), mantendo os postos de trabalho;
- Reestruturação/ renegociação dos empréstimos bancários para atualização da taxa de juro contratada ser muito elevada face ao valor atual, permitindo diminuição do valor das prestações mensais;
- Reavaliação do património edificado da Instituição, atualizando o valor do património da Instituição.



Com a aplicação das medidas referidas, a par com as previstas em orçamento para o exercício de 2020, espera-se que a situação dos fundos patrimoniais reverta de modo a manter a sustentabilidade da Instituição.

Bragança, 27 de Abril de 2020

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]